



## A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CAMPINA GRANDE – PB: FRAGMENTAÇÃO E SEGREGAÇÃO, DIFERENCIAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS <sup>1</sup>

Gabriel Madureira Attem <sup>2</sup>  
Arthur Tavares Valverde <sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central analisar as contradições e a segregação no processo de produção do espaço urbano de Campina Grande – PB a partir de um estudo de caso na ZEIS Jardim Europa. *A priori*, discute-se a análise conceitual, teórico-metodológica acerca do espaço e da produção do espaço urbano, a partir de uma perspectiva crítica. *A posteriori*, centraliza-se as operacionalizações no processo histórico de formação e urbanização da cidade estudada. Campina Grande é uma cidade média do Nordeste e apresenta simultaneidades com a história do mundo. O estudo de caso está materializado na ZEIS Jardim Europa. Além do estudo sobre as desigualdades socioespaciais no espaço urbano, a presente pesquisa traz uma dimensão política para o debate. As ZEIS são um instrumento urbanístico oriundo da luta pela reforma urbana que tem como característica primordial a regularização fundiária e a necessidade de obras de urbanização, o que não ocorre na prática. Para tanto, torna-se necessária à leitura de documentos oficiais, como o Plano Diretor e a Constituição Federal para realização do estudo, assim como, autores que tratam da problemática em escala mundial, e no plano do lugar. Além disso, dados quantitativos também mostram a dimensão do real. De modo geral o trabalho busca compreender a dimensão prática da materialidade socioespacial e almeja-se melhorias e transformações de dada realidade.

Palavras-Chave: Produção do Espaço Urbano, Campina Grande – PB, Desigualdades socioespaciais, ZEIS.

### ABSTRACT

This present work aims to analyze the contradictions and segregation in the production process of urban space in Campina Grande - PB, based on a case study at ZEIS Jardim Europa. *A priori*, it discusses the conceptual, theoretical-methodological analysis of space and the production of urban space, from a critical perspective. *A posteriori*, the operationalizations are centralized in the historical process of formation and urbanization of the studied city. Campina Grande is a medium-sized city in the Northeast and presents simultaneities with the history of the world. The case study is materialized at ZEIS Jardim Europa. In addition to the study of socio-spatial inequalities in urban space, this search also brings a political dimension to the debate. The ZEIS are an urbanistic instrument arising from the struggle for urban reform whose primordial characteristic is land regularization and the need for urbanization works, which does not occur in practice. Therefore, it is necessary to read official documents, such as Plano Diretor and the

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de pesquisas realizadas no Projeto de Extensão da UEPB “Formas e expressões da participação popular nas ZEIS em Campina Grande (PB): morar e se apropriar da cidade” em 2020.

<sup>2</sup> Graduando do curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, [gabriel.attem@aluno.uepb.edu.br](mailto:gabriel.attem@aluno.uepb.edu.br);

<sup>3</sup> Professor do curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, [arthurvalverde@servidor.uepb.edu.br](mailto:arthurvalverde@servidor.uepb.edu.br)



Federal Constitution to carry out the study, as well as authors who deal with the problem on a global scale and on the local level. Furthermore, quantitative data also present a dimension of reality. In general, the work seeks to understand the practice of socio-spatial materiality and aims to improve and transform the reality presented.

Keywords: Production of Urban Space, Campina Grande – PB, Socio-spatial inequalities, ZEIS.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo central analisar o processo de produção desigual do espaço urbano da cidade de Campina Grande, no agreste da Paraíba. O estudo centraliza suas operacionalizações na comunidade do Jardim Europa, considerada uma ZEIS. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas da cidade destinadas exclusivamente para habitação e moradia, além disso, é um instrumento político cuja finalidade é garantir aos moradores de assentamentos precários o direito à cidade e à regularização fundiária. Porém, no caso do Jardim Europa, a prática é diferente da teoria. O lugar apresenta condições precárias para reprodução da vida humana, como ausência de infraestrutura urbana e de equipamentos públicos, por exemplo, postos de saúde e saneamento básico. Portanto, o trabalho busca investigar a efetivação da política pública urbana em Campina Grande e compreender as desigualdades socioespaciais como produto do processo histórico da urbanização.

Ademais, propõe-se uma ponte dialética entre a teoria e a prática socioespacial. É possível compreender as dinâmicas urbanas locais a partir da teoria da produção do espaço? De que forma as formulações sobre a produção do espaço urbano se materializam na cidade de Campina Grande – PB? Porque existem contradições e desigualdades socioespaciais em uma determinada área da cidade e em outras não? Ou ainda, por que existem pessoas pobres e ricas? Essas desigualdades são mantidas por quê? E por quem? É possível reverter esta situação? Se sim, como? Estas são algumas reflexões e questionamentos pessoais que nortearam o estudo a seguir pautado, sobretudo no materialismo histórico e uma crítica ao sistema capitalista de produção, motor da divisão de classes e da segregação socioespacial.

Em primeiro lugar, este trabalho é resultado de encontros, discussões e debates realizados no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Urbano (GEUR-UEPB) e do Projeto de Extensão: “Formas e expressões da participação popular nas ZEIS em Campina



Grande (PB): morar e se apropriar da cidade”. A conexão encontra-se na articulação entre o conhecimento teórico-conceitual acerca da cidade e do espaço urbano com as experiências e a participação de membros das camadas populares e representantes dos movimentos sociais urbanos, assim, reafirmando a função social da Universidade e da ciência na luta por uma sociedade mais justa e democrática.

Vale salientar que os sujeitos das camadas populares são agentes diretos da produção do espaço urbano, assim como o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários. (CORRÊA, 1993). Além disso, cada um desses agentes possui interesse distinto em relação ao uso do solo urbano. Portanto, o espaço urbano além de fragmentado, também é um campo de lutas. (id.).

Sabe-se que o espaço urbano é objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento científico, sobretudo, as ciências Humanas e Sociais, como a Arquitetura, a História, a Sociologia e a Geografia. Segundo o filósofo H. Lefebvre “o urbano é um conceito teórico [...] é uma forma, a do encontro e da reunião de todos os elementos que constituem a vida social, [...]” (LEFEBVRE 2008 [1972], p.68) e continua “o urbano é abstrato unicamente sob o título de *abstração científica*.” (id. 2002, p.28, grifo do autor). Portanto, pode-se considerar que o urbano vai para além de um conceito abstrato e se materializa no espaço como um modo de vida. Para Corrêa, o espaço urbano é reflexo e condicionante social. (CORRÊA 1993, p.9) e Carlos considera o espaço sendo *meio, condição e produto* da reprodução da sociedade. (CARLOS 2019, p.23).

Assim, além de compreender o espaço urbano por meio de seus agentes, relacionam-se os processos espaciais com formação socioespacial desigual da cidade. Dessa forma, a origem de Campina Grande está vinculada com a centralização de atividades econômicas e trocas comerciais, como as feiras de gado e de farinha (COSTA 2003), comumente, seu crescimento e urbanização com a descentralização espacial, por conseguinte, originando áreas periféricas e segregadas. Dentre estas áreas segregadas encontra-se nosso objeto de estudo.

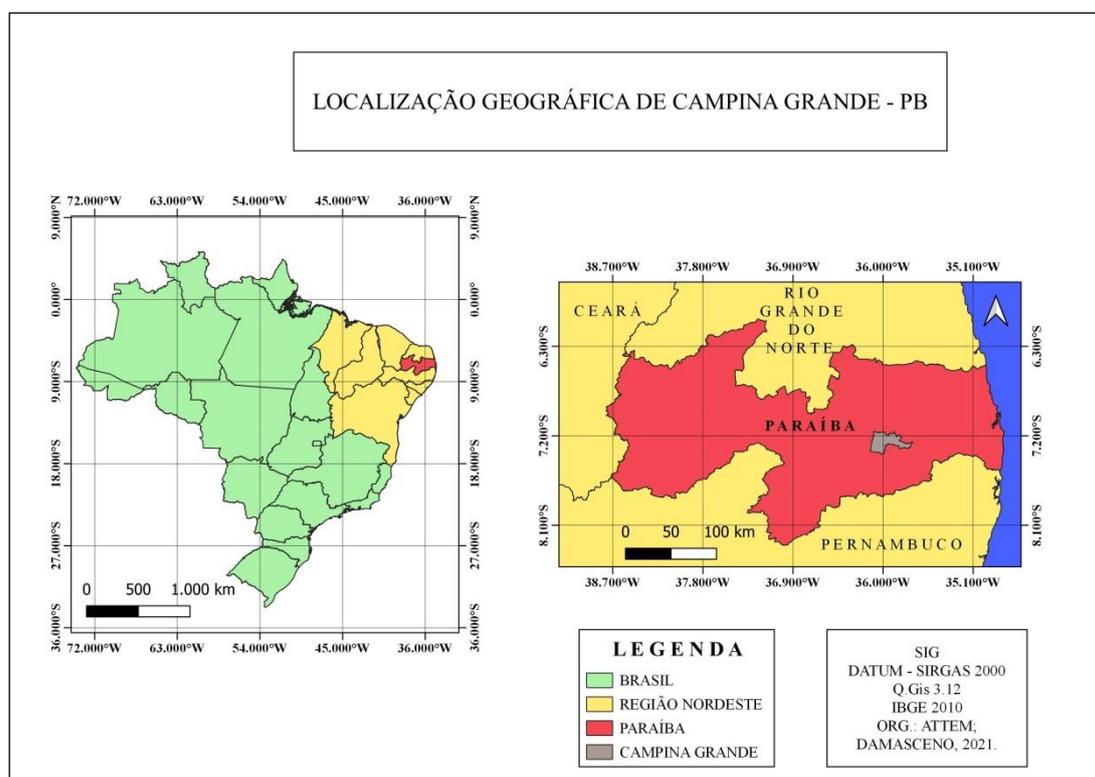
Portanto, o trabalho fragmenta-se em duas partes articuladas:

1. Fundamentação teórica acerca do espaço e da produção do espaço urbano.
2. Estudo de caso: a ZEIS Jardim Europa.



De modo geral, na primeira parte encontram-se reflexões acerca do espaço, sobretudo, o espaço urbano. A tríade *espaço-tempo-sociedade*, em sistema com a natureza, constitui a análise geográfica em sua totalidade. O espaço é estudado por diversas ciências, por isso, sua conceituação e definição é uma tarefa árdua, porém, necessária. Portanto, o percurso teórico-metodológico para a produção deste escrito parte da perspectiva de cunho bibliográfico interdisciplinar e do ponto de vista materialista histórico-dialético. Além disso, distinguem-se as ideias de cidade e urbano que apesar de complementares são distintas. A teoria se materializa na cidade de Campina Grande. (Mapa 1).

Mapa 1: Localização Geográfica do município de Campina Grande – PB.



Fonte: IBGE 2010, org. ATTEM 2021.

A presença de áreas segregadas no espaço urbano de Campina Grande é perceptível nas zonas periféricas. Dentre estas periferias da cidade está a ZEIS Jardim Europa. No último capítulo será abordado o processo de institucionalização das ZEIS como política pública urbana, e, especificamente a situação da comunidade do Jardim Europa. No estudo de caso, podem-se observar diversas desigualdades socioespaciais, por meio da fragmentação e segregação urbana, comumente, a diferenciação espacial



entre o campo e a cidade com base na divisão social e técnica do trabalho. Além de compreender o processo de ocupação da área, voltam-se os olhos para a gestão e planejamento urbano, visto que, a falta de urbanização é uma realidade concreta.

O trabalho além de descrever e explicar as dinâmicas espaciais de Campina Grande, especificamente, na ZEIS Jardim Europa, busca-se caminhos para melhorias e soluções para o bairro e para a cidade. Com a revisão do Plano Diretor em curso é possível que a gestão observe o lugar com outros olhos? Além disso, existem outras áreas que podem ser consideradas ZEIS? O processo de urbanização é contínuo e interrupto. A especulação imobiliária é crescente e as contradições na cidade são evidentes. Portanto, com a articulação e o diálogo entre os agentes produtores do espaço, sobretudo o Estado e os movimentos sociais, pode-se vislumbrar sinais de esperança. Vale salientar que os problemas urbanos de Campina Grande não se esgotam aqui, pelo contrário, esta é uma gota no oceano.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O espaço é um amplo conceito de análise de diversas ciências, seja social ou da natureza. Para a Geografia, é o objeto central de estudos. Porém, não nos cabe aqui estabelecer a relação metodológica entre espaço e geografia, como bem fez Corrêa (2000), nem tampouco buscar na epistemologia uma definição conceitual fechada sobre a ciência, visto que, “não é fácil definir nem estabelecer, com precisão o que é a Geografia; [...], pois não existem ciências estanques, [...]” (ANDRADE 2008, p.17).

Discorrer, ainda que exaustivamente, sobre uma disciplina, não substitui o essencial, que é a discussão sobre seu objeto. Na realidade, o *corpus* de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário. Desse modo, a discussão é sobre o espaço e não sobre a geografia; e isto supõe o domínio do método. (SANTOS 2017 [1996], p.18, 19)

A *piori* “todo conceito serve para se compreender a essência dos objetos, dos fenômenos, das leis e, nesse sentido, se constitui num instrumento de conhecimento e pesquisa.” (LENCIONI, 2008). Porém “se nossos conceitos são inadequados e/ou inconsistentes, não podemos identificar problemas e formular soluções políticas apropriadas.” (HARVEY 1980, p. 13).

O que está posto para as ciências humanas e para a Geografia em particular é o fato de que os conceitos devem ser delineados e justapostos de modo a construir um caminho para a investigação da realidade, revelando sua complexidade diante da diversidade do mundo em constante transformação. (CARLOS, 2019, p. 9)



Neste caso, a análise centraliza-se a abstração teórica sobre o espaço, sobretudo, a partir da relação entre espaço-sociedade no movimento de reprodução do sistema capitalista em uma visão dialética e crítica entre teoria e prática. “Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. [...] por isso a sociedade não pode operar fora dele.” (SANTOS 1985, p. 49).

Portanto, os conceitos vão para além da teoria e encontram-se na realidade prática. De conceito abstrato à materialidade do cotidiano “o espaço que nos interessa é o espaço humano ou social, [...]” (SANTOS 2004 [1978]. p. 151). Assim, o espaço está intrinsecamente interligado com a sociedade e com o tempo, deste modo, “as relações sociais se materializam enquanto relações espaciais com significados diferenciados em função do tempo histórico.” (CARLOS 2018[2011], p. 18).

Lefebvre propõe uma percepção da teoria da produção do espaço urbano baseada na *prática espacial, a representação do espaço e os espaços de representação*. (LEFEBVRE 2000). A prática espacial designa a dimensão material da realidade cotidiana (*vivido*); a representação do espaço é a forma como o espaço é apresentado (*concebido*) e o espaço de representação é simbólico, abstrato, sentido (*percebido*).

Assim, a análise conceitual acerca do espaço admite um norte metodológico ao qual está direcionada a relação dialética entre o espaço e a sociedade, assim, “trata-se do espaço vivido, vinculado à prática social.” (LEFEBVRE 2008 [1972], p. 40). Neste sentido, a sociedade se materializa no espaço, ou seja, as relações sociais, afetivas ou de classe, são todas espaciais. Dessa forma, o espaço aparece recheado de conteúdos sociais históricos e realiza-se por meio de um processo contínuo de produção e reprodução.

Vale salientar que o acréscimo do termo “produção” vai além da noção do espaço como produto da sociedade e mercadoria para o sistema capitalista. Atinge uma perspectiva mais ampla e complexa: da própria reprodução da vida humana. “O espaço como produção emerge da história da relação do homem com a natureza, [...]” (CARLOS 2018 [2011], p. 64). A produção do espaço aparece como indissociável da reprodução humana, pois, o espaço não é um produto acabado e está em constante processo de transformação, visto que “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir



espaço. [...]. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida.” (SANTOS 2004 [1978], p. 202).

Assim, “toda sociedade produz ‘seu’ espaço, ou, caso se prefira, toda sociedade produz ‘um’ espaço e o modo de produção organiza, produz - ao mesmo tempo em que certas relações sociais - o seu espaço (e o seu tempo).” (LEFEBVRE 2008 [1972], p. 55; 2000, p. 8). Pode-se afirmar que o modo de produção capitalista interfere na reprodução das relações sociais de classe e para entender o processo de produção do espaço urbano torna-se necessário temporalizar o espaço. Para M. Santos, o espaço é uma *testemunha* do tempo: “o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente.” (SANTOS 2004 [1978], p. 153)

Lefebvre periodiza o tempo histórico em três grandes eras: agrária, industrial e urbana. (LEFEBVRE 2004 [1972], p. 81). Para ele, “existiram cidades na era agrária e na era industrial. Mas a era urbana está só começando.” (id.) Na era agrária a distinção entre o campo e a cidade era bem definida e fundamentada na divisão social e técnica do trabalho, sendo a cidade responsável pelo trabalho político e o campo ao trabalho material. (LEFEBVRE, 2001). Na era industrial “o solo tornou-se mercadoria; o espaço se vende e se compra.” (LEFEBVRE 2004 [1972], p. 83). Já sobre o urbano, Lefebvre diz que “o urbano, ou seja, a sociedade urbana, não existe ainda e, contudo, existe virtualmente; [...]. O urbano é um conceito teórico [...] é uma forma, a do encontro e da reunião de todos os elementos que constituem a vida social, [...]” (id. p. 85).

Deste modo, “o *urbano* (abreviação de “sociedade urbana”) define-se, portanto não como uma realidade acabada, situada, em relação à realidade, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora.” (LEFEBVRE 2002, p. 28, grifo do autor).

M. Santos também faz uma tríade e relaciona a evolução técnica da sociedade com o espaço ao dizer que o meio geográfico está dividido em três: o meio natural; o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. (SANTOS 1996, p. 234). No meio natural “o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais para o exercício da vida, [...]” (id. p. 235). Já “o período



técnico vê a emergência de um espaço mecanizado.” (id. 236). E, “o meio técnico-científico-informacional é a aparência geográfica da globalização.” (id. 239).

Assim, relaciona-se o espaço com o tempo e a sociedade. Portanto, a tríade *espaço-tempo-sociedade* é indissociável e “essa nova dimensão espaço-temporal sinalizaria os conteúdos que marcariam os fundamentos da sociedade contemporânea, que se revela essencialmente urbana não apenas numericamente, mas em sua essência e modo de vida.” (CARLOS 2018, p. 14). Como a *problemática urbana* impõe-se à escala mundial e a globalização é o ápice da internacionalização do capitalismo, relaciona-se a era urbana com o meio técnico-científico-informacional na totalidade em totalização. (SANTOS 2020 [2000], 2017 [1996]; LEFEBVRE, 2002).

Para Corrêa, “eis o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas.” (CORRÊA 1993, p.9). Fragmentado em bairros e zonas específicas que se articulam com outras a partir de deslocamentos e pela circulação de pessoas, informações e capital estabelecendo uma dialética entre fixos e fluxos e “por ser reflexo social e fragmentado, o espaço urbano é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista.” (id. p.8).

O espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem. (CORRÊA 1993, p. 11)

Os agentes sociais da produção do espaço urbano são os *a)* proprietários dos meios de produção; *b)* proprietários fundiários; *c)* promotores imobiliários; *d)* o Estado; e, os *e)* grupos sociais excluídos. (CORRÊA 1993; HARVEY 1980). Cada agente social desempenha função específica no processo de produção do espaço urbano. Neste trabalho evidencia-se ação dos agentes: *c)*, *d)* e *e)*.

Sobre a ação do Estado, “tende a privilegiar os interesses daquele segmento de classes dominante.” (CORRÊA 1993, p. 26). Assim, pode-se afirmar que o Estado é responsável direto pela manutenção da sociedade de classes e das desigualdades socioespaciais, deste modo, atuação do Estado se faz visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o



processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações. (id. p.26). Portanto, as políticas públicas do Estado, que deveriam atender todas as demandas da sociedade, privilegiam as classes dominantes.

Em relação “a atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista.” (CORRÊA 1993, p. 23, 24). São os promotores imobiliários responsáveis diretos pela especulação e venda da propriedade fundiária urbana em conjunto com os proprietários fundiários, “que estão fundamentalmente interessados no *valor de troca* da terra e não no *valor de uso*.” (id. p.16).

A dialética entre os conceitos clássicos da economia política trabalhados por Marx e aplicados no espaço urbano por Harvey (1980) atribui à mercadoria, no caso, o solo urbano e a propriedade privada um *valor de uso* e outro *valor de troca*. O valor de uso está relacionado ao consumo e o valor de troca ao preço, à quantificação. No sistema capitalista o valor de uso está subordinado ao valor de troca, ou seja, o lucro é o que interessa. Vale salientar que a cidade como produto da sociedade urbana capitalista materializa as desigualdades socioespaciais, sobretudo no acesso à renda, trabalho, propriedade e moradia. Assim, o solo urbano é um produto (valor de uso) que a maioria não pode pagar (valor de troca).

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. (CORRÊA 1993, p. 30)

Na cidade de Campina Grande, o processo de produção do espaço urbano se reproduz por meio dos processos e agentes sociais, visto que, “são os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista.” (CORRÊA 1993, p.36). E, “afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento.” (CORRÊA 2011, 44).

Em primeiro lugar, para entender a situação da ZEIS Jardim Europa em Campina Grande, torna-se necessário compreender a trajetória do Movimento pela Reforma Urbana no Brasil, que consolidou na criação do Estatuto das Cidades e, por



consequente na regularização das ZEIS, que “além de estar inserida como um dos instrumentos estratégicos no âmbito das discussões da Reforma Urbana no Brasil, faz parte também do debate internacional sobre a regularização de assentamentos precários e sobre o Direito a Cidade.” (MORAES 2017, p. 7). E, “a negação do direito à cidade é condição e expressão das desigualdades socioespaciais.” (MAIA et. al. 2013, p. 117).

Para Lefebvre, “o direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência e só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada.” (LEFEBVRE 2001, p. 117, 118). Portanto, a luta de classes dos movimentos sociais urbanos pelo direito à cidade é concomitante à luta pela defesa da vida digna, justa e por políticas públicas adequadas.

Baseado na Constituição de 1988, sobretudo os art. 182 e 183, incentivou a reformulação na regularização fundiária urbana. (BRASIL, 1988), dando origem aos primeiros Planos Diretores Municipais nas cidades com população acima de 20 mil habitantes e, por conseguinte, o surgimento do Estatuto das Cidades, em 2001. Para Villaça “a elite econômica brasileira – no caso representada pelos interesses imobiliários – não quer saber de plano diretor, pois ele representa uma oportunidade para debater os ditos ‘problemas urbanos’ que ela prefere ignorar.” (VILLAÇA 1999, p. 240).

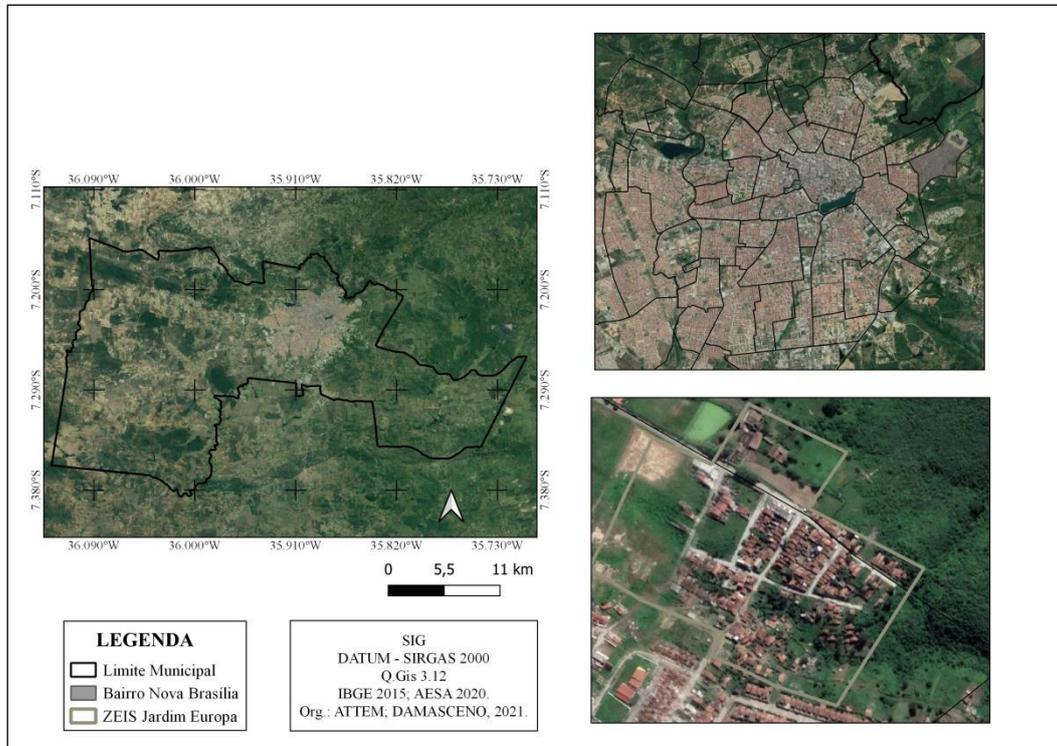
O instrumento das Zonas Especiais de Interesse Social, que representa uma destinação de parcela do território urbano para provisão de habitação popular (quando vazia) ou para regularização fundiária e urbanística (quando ocupada por assentamentos irregulares), parece ter sido bastante disseminado nos Planos Diretores Participativos. (ROLNICK et. al. p. 141)

Segundo Dantas, o PDCG de 1996 (Lei Municipal nº 3.235/1996) foi a primeira legislação urbanística de Campina Grande a mencionar as ZEIS que foram classificadas como porções do território municipal voltadas para provisão habitacional de interesse social, assegurando a cidadania e as funções sociais da cidade e da propriedade urbana. (Art, 17) (DANTAS 2019, p. 76).

Posteriormente, com a revisão e aperfeiçoamento do Plano Diretor em 2006, este agora com a participação da sociedade civil, as ZEIS em Campina tornam-se de dois tipos: ZEIS 1 são áreas públicas ou particulares ocupadas por assentamentos precários de população de baixa renda; e, ZEIS 2 são áreas nas quais o solo urbano encontra-se

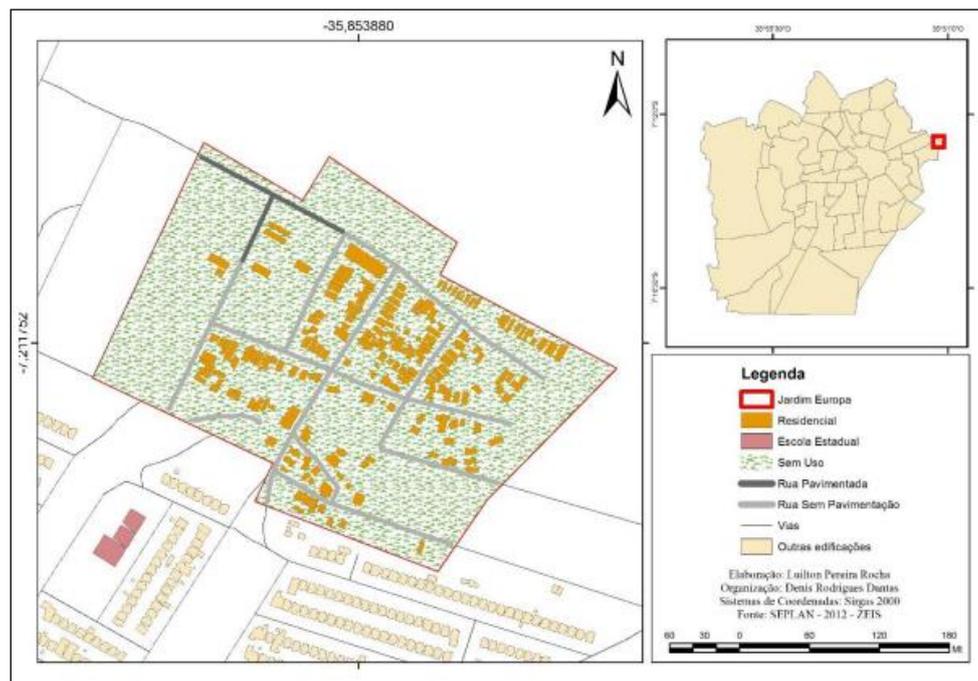
não edificado, subutilizado ou não utilizado. (PDCG 2006, p. 10). A ZEIS do Jardim Europa é considerada do tipo 1. (Mapas 4 e 5).

Mapa 4: ZEIS Jardim Europa.



Fonte: IBGE 2015. Adaptado por: ATTEM&DAMASCENO, 2021.

Mapa 5: ZEIS Jardim Europa

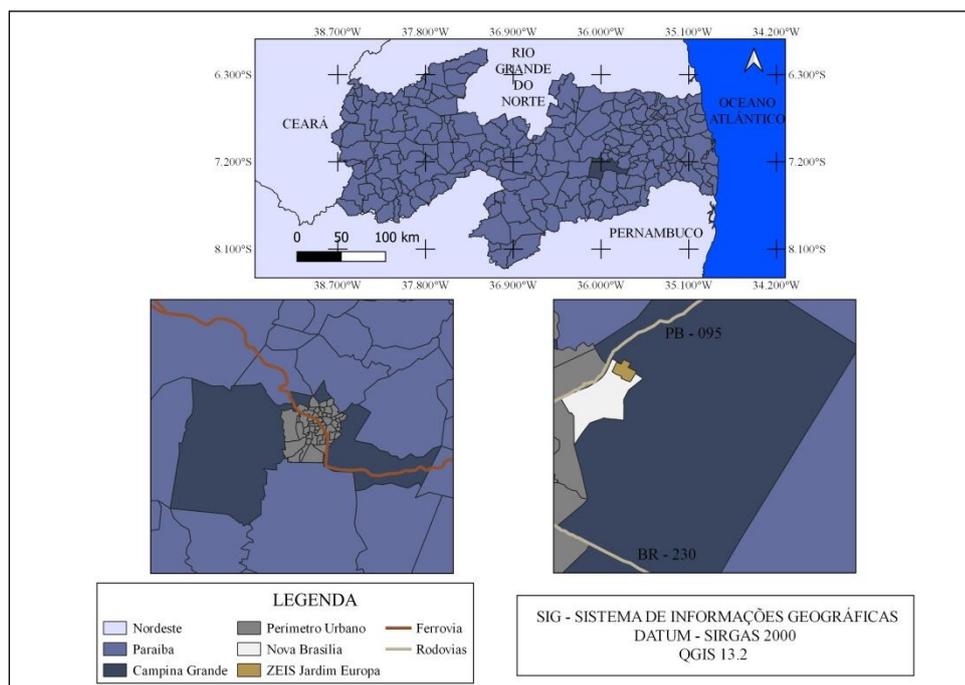


Fonte: DANTAS 2019.

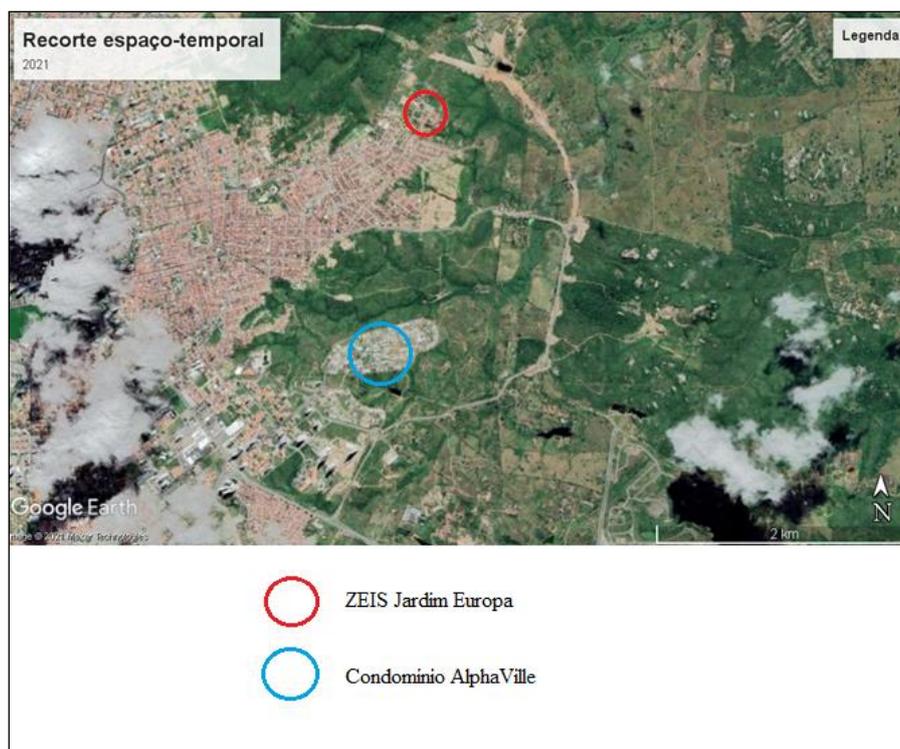
Segundo o Plano Diretor Participativo da cidade de Campina Grande – PB, no Art. 36 as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são porções do território municipal que têm por objetivo assegurar à função social da cidade e da propriedade, sendo prioritariamente destinadas à regularização fundiária, à urbanização e à produção de habitação de interesse social. Percebe-se uma evolução metodológica do primeiro plano para o segundo. Em 2021, está acontecendo a revisão do Plano Diretor de 2006, portanto, é possível que novas áreas da cidade tornem-se ZEIS?

Dentre as ZEIS de Campina Grande, está comunidade do Jardim Europa que surgiu a partir do processo de ocupação, ou seja, tem na sua essência a luta pela regularização fundiária. Além disso, apresenta infra-estrutura precária e necessita de obras de urbanização. Está localizada às margens da PB-095 (Mapa 6), um dos caminhos do gado e próximo ao Marinho – local caracterizado pela criação de animais.

Mapa 6: ZEIS Jardim Europa



Vale ressaltar que entre a PB – 095 e a BR – 230 foi criada a Nova Alça Leste com o objetivo de interligar as duas rodovias, desafogar o trânsito no centro da cidade e consequentemente, melhorar a mobilidade urbana. Com isso, a especulação imobiliária no local aumentou tangencialmente, tanto pela inserção do condomínio de luxo Alphaville quanto pela própria dinâmica do mercado. (Imagem 2).



Fonte: Google Earth. Adaptado pelo autor.

Portanto, percebe-se a importância da regularização fundiária das ZEIS para evitar despejos dos moradores locais, visto que, com a valorização do solo urbano, o valor de troca fica mais elevado, enquanto o valor de uso é cada vez mais descartável no modo de produção capitalista. Vale salientar, durante a pandemia do Covid-19, diversas pessoas ficaram desempregadas e perderam o direito da moradia, visto que, a maioria não tem casa própria. Alternativa encontrada, devido às circunstâncias do momento vivido, foi de ocupar um terreno vazio e construir o habitar, é o caso da Ocupação Luiz Gomes, localizada no bairro do Jardim Paulistano. Será que a política urbana das ZEIS pode contribuir nessa situação?

O Jardim Europa, cujo nome remete à paisagem natural e o clima frio e ameno - lembrando os jardins da Europa - é um local carente de infraestrutura espacial, ou seja, faltam objetos técnicos característicos do espaço urbano, como vias calçadas e até mesmo saneamento básico e, em alguns casos, até energia elétrica. (Imagem 1 e 2)

Imagem 1 e 2: Infra-estrutura do Jardim Europa.



Fonte: acervo do autor, 2021.

O espaço é alvo de diversos agentes sócias produtores do espaço (CORRÊA 1993), como promotores imobiliários – promovendo a especulação imobiliária; o Estado – com ações, ou não, de políticas públicas de urbanização; e, os grupos sociais excluídos – moradores da área, que estão literalmente “à margem” da sociedade. (Imagem 3 e 4). Enquanto o Estado é cego para os grupos sociais excluídos é guia para os promotores imobiliários e os proprietários fundiários.

Imagem 3 e 4: rua na comunidade do Jardim Europa.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Percebe-se, deste modo, a reprodução das desigualdades socioespaciais na cidade de Campina Grande. Para Rodrigues, “a desigualdade socioespacial é a expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social.” (RODRIGUES 2007, p.74). A principal queixa dos moradores locais é, sobretudo, a falta de saneamento básico. (Imagem 5 e 6)

Imagem 5 e 6: Falta de saneamento básico na comunidade do Jardim Europa.



Fonte: acervo do autor, 2021.

Além disso, no próprio espaço interno da comunidade as desigualdades também são evidentes, como na imagem a seguir que mostra a contradição de uma casa com muro de cerâmica e portão de alumínio ao lado de uma casa de taipa e cercas de madeira. (Imagem 7)

Imagem 7: Contradição entre as formas do habitar.



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Outro ponto que nos chama atenção é que obras previstas pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) não foram concretizadas no Jardim Europa. Para onde foi a verba destinada para urbanização do local?

A ausência de políticas públicas de urbanização auxilia na fragmentação de um espaço já segregado. Por consequência desta falta de urbanização, práticas espaciais tradicionalmente rurais resistem ao tempo do capital urbano. Além disso, pela localização geográfica periférica próxima à zona rural e pelo perfil dos primeiros moradores, os hábitos e modos de vida da população do bairro remetem a atividades



primário-rurais. É perceptível a criação de animais, como cavalos, bodes, galinhas e também do cultivo de milho, feijão e jerimum na região. Vale salientar que durante o processo de ocupação na área, a maioria das pessoas era oriunda de pequenas cidades e da zona rural.

Imagem 8 e 9: Relação entre o campo e a cidade no Jardim Europa.



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Segundo a moradora M.S.A., nos primórdios da comunidade só havia “mato”. Tal fato coincide com o relato de outra moradora: A. disse que o espaço onde hoje é o Jardim Europa, no início da década de 90, era um conjunto de loteamentos da Caixa Econômica Federal. A compra destes lotes não vingou devido ao fato da própria localização geográfica do local - muito distante no centro – da dificuldade de acesso e pela própria fragmentação e estrutura espacial.

Dessa forma, a formação socioespacial do Jardim Europa se deu a partir destes loteamentos e, sobretudo, por meio de ocupações. A periferia, segundo Corrêa, é o *locus* de correntes migratórias da zona rural e de pequenas cidades (CORRÊA, 1993). Assim, alguns dos primeiros moradores da comunidade são provenientes do campo e trazem consigo os hábitos e costumes rurais para a cidade. Tal fato permanece até hoje, com a criação de porcos, galinhas, bodes e cultivo de feijão, jerimum e batata.

A relação entre o campo e a cidade, na área periurbana de Campina Grande, é reflexo da própria condição da divisão social, técnica e territorial do trabalho e do urbano. Pois, como afirma Sposito (2011): “não há cidades sem divisão social do trabalho.” E é esta divisão do trabalho que caracteriza a segregação e diferenciação socioespacial entre campo e cidade. Portanto, a diferenciação socioespacial entre a



cidade e o campo em Campina Grande está materializada na relação entre o urbano e o rural e na divisão social e técnica do trabalho.

Imagem 10 e 11: uso de carroças como meio de transporte e de trabalho.



Fonte: Acervo dos autores, 2020.

Nota-se perspectiva de *continuum* entre o campo e a cidade, no espaço urbano de Campina Grande, seja na visão histórica, com a presença de ruralidades no processo de formação social da cidade, ou, do ponto de vista estrutural – funcional, com atividades, predominantemente, rurais na cidade, como a criação de porcos e bode e a agricultura, seja para consumo ou venda.

Carlos afirma que “a diferenciação socioespacial é, ao mesmo tempo, pressuposto e produto do processo histórico de produção do espaço, vivida concreta e praticamente a escala do lugar.” (CARLOS 2007, p. 48). Dessa forma, articula-se o espaço como produto mercadoria com as contradições e contrastes sociais. Neste sentido, “as desigualdades viram diferenças”. (SPOSITO 2011, p. 129).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entende-se que este não termina aqui, pelo contrário, é o ponto de partida de diversas discussões acerca da produção do espaço urbano, sobretudo em relação às políticas públicas e as desigualdades socioespaciais da moradia e habitação. Além disso, busca-se mostrar o papel e a relevância da Geografia como ciência capaz de investigar a



fundo a realidade, não apenas do ponto de vista descritivo das formas, mas de todo um conteúdo social em constante transformação.

Em relação às ZEIS como política pública, pode-se afirmar que é um avanço sobre a regularização fundiária e o direito à cidade, porém percebe-se diversas lacunas e brechas até mesmo metodológicas de sua efetivação. Será que a política urbana das ZEIS está sendo concretizada? Além disso, porque existem ZEIS que são mais bem estruturadas que outras? Com a revisão do Plano Diretor em curso, a gestão irá voltar os olhos para as ZEIS como política pública de habitação e moradia ou irá continuar às cegas? Este questionamento só o tempo trará a resposta, reafirmando que este trabalho não termina no ponto final.

A situação do Jardim Europa preocupa, visto que, é uma ocupação que teve início nos anos 90 e até os dias atuais não foi resolvido o seus principais problemas estruturais, enquanto isso, o Estado urbaniza os arredores da região em prol do desenvolvimento econômico. Porém e a perspectiva humana?

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **Geografia: Ciência da Sociedade**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 2008.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso: 15/11/2021.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. 1. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

\_\_\_\_\_. **Diferenciação Socioespacial**. CIDADES, v.4, n.6, p. 45–60, 2007.

\_\_\_\_\_. Uma Geografia do Espaço. In: Org. CARLOS&CRUZ. **A Necessidade da Geografia**, São Paulo: Contexto, 2019.

\_\_\_\_\_. **Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”**. Dossiê • Rev. Direito e Práx.11(01),2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3cBsV3Vx7Yvw9SgvcqyVrbc/?format=html#>

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CORRÊA et. al. **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. Processos Espaciais e a Cidade. In: **Trajetórias Geográficas**. 7ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.



\_\_\_\_\_. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: Org: CARLOS et al. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p.41-53.

COSTA, A. A. da. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao meio técnico-científico-informacional: a feira de Campina Grande – PB na interface desse processo**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

DANTAS, D. R. **Regularização urbanística-fundiária e provisão habitacional: as ZEIS em Campina Grande (2009 – 2018)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFRN – Natal, 2019.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. Editora: Hucitec, São Paulo - SP, 1980.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Urbana**. 1. reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Política**. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Título original: *Le droit à la ville – suivi de Espace et politique*. Paris: Éditions Anthropos, 1972.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro 2001. (Original: *Le droit à la ville*).

LENCIONI, S. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008.

MAIA, D. S et. al. Campina Grande: Dinâmica econômica e reestruturação urbana. Permanências e transformações. In: ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Agentes Econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Difel, 1985.

MORAES, D. **Revisitando as ZEIS e o PREZEIS no Recife: entre o “reformismo” e o Direito à Cidade**. XVII ENAPUR – São Paulo, 2017.

RODRIGUES, A. M. **Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade**. CIDADES, v.4, n.6, p. 73-88, 2007.

ROLNICK, R. et. al. **Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país**. In: Revista de Direito da ADVOCEF – Ano VII – Nº 13 – Nov 11. p. 123 – 158.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 5.ed., 3 reimpr. São Paulo: Edusp, 2013. Original: 1993.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4 ed. 9. reimpr. –São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. Original: 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: Livraria Nobel S.A, 1985.



\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado.** *Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.* São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 6. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Original: 1978.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 30ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2020. Original: 2000.

SPOSITO, M. E. B. A produção do Espaço Urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: Org. CARLOS, A. F; SOUZA, M. L; SPOSITO. M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** Editora: Contexto. São Paulo: 2011.

VILLAÇA, F. **Dilemas do Plano Diretor.** In: O município no século XXI: Cenários e Perspectivas. Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM. 1999. 237-247p.